

EDITAL DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES JUDICIAIS - PARTES TEÓRICA E PRÁTICA

Art. 1º. Nos termos da Resolução CNJ n. 125, de 29 de novembro de 2010, do Regulamento das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos e da Resolução ENFAM n. 6 de 21 de novembro de 2016, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos NPSC2, por meio da Escola de Mediação, organizará o Curso de Formação de Mediadores Judiciais – Parte Teórica, com os requisitos que define.

Art. 2º. O curso será ministrado com base em material pedagógico elaborado pelo CNJ e disponibilizado pela Escola de Mediação da 2ª Região aos participantes.

§ 1º O curso será realizado no período de um ano e três meses, considerado desde o início da Parte Teórica até o final da Parte Prática.

Art. 3º. A Parte Teórica do curso terá formato híbrido, composta de AVA (ambiente virtual de aprendizagem), na plataforma *Moodle*, aulas presenciais (sede da Escola – Rua do Acre, 80– Centro – RJ) e aulas online, através da plataforma Zoom , conforme a Agenda do curso (Anexo I), totalizando 61 **(sessenta e uma) horas**.

§ 1º As aulas e atividades da Parte Teórica se realizarão entre 16/06/2025 a 29/08/2025 com 1 (uma) turma e 50 (cinquenta) vagas.

§ 2º O certificado de mediador será expedido pelo sistema ConciliaJud após a conclusão, com aproveitamento, das etapas teórica e prática do curso junto à Escola de Mediação - NPSC2, em cerimônia de entrega do certificado, previamente divulgada.

Art. 4º. A parte prática do curso corresponde ao estágio supervisionado, com duração de 60 (sessenta) horas, mediante a participação em audiências reais nos CEJUSCs da Justiça Federal da 2ª Região.

Art. 5º Após a conclusão das horas práticas, deverá o estagiário enviar, como requisito para a finalização do curso e cumprimento do **ATO Nº TRF2-ANC-2016/00004 de 20 de abril de 2016**: uma das opções a seguir: **1)** estudo de caso de duas laudas, fonte times new roman 12, espaçamento entre linhas 1,5, relacionando o conteúdo do curso com alguma situação de fato ou de direito; ou **2)** projeto de elaboração de rotina de trabalho baseada no conteúdo do curso, na mesma formatação; ou **3)** artigo doutrinário original sobre temas objeto do curso, na mesma formatação.

§ 1º O estágio supervisionado será prestado concomitantemente à etapa teórica e no período de realização do curso.

§ 2º O estágio supervisionado consiste em atividades nas funções de observador, mediador e mediador.

§ 3º O aluno, ao entrar em estágio supervisionado, assume o compromisso de, bem e fielmente, observando as disposições do Código de Ética, bem como do Anexo III da Resolução CNJ nº 125/2010, desempenhar as funções de Mediador(a) em formação, de forma absolutamente voluntária, nos CEJUSCs do TRF2, por retribuição ao acesso gratuito à etapa teórica do curso de formação. Compromete-se, ainda, ao adequado tratamento dos dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), em especial ao sistema E-proc.

§ 4º A supervisão da parte prática do curso será realizada nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ou no C100% digital da 2ª Região e, quando previamente autorizado e mediante justificativa, nos órgãos judiciários de forma *online*.

§ 5º A prorrogação do estágio supervisionado poderá ser deferida mediante pedido fundamentado, a ser apreciado pela coordenação no NPSC2.

§ 6º A desistência do curso ou reprovação acarretará, em qualquer caso, a não emissão do certificado de formação do mediador.

Art. 6º. O curso terá como público-alvo todos os servidores da 2ª Região e demais interessados que queiram atuar como mediadores judiciais.

Art. 7º. O público-alvo descrito no art. 5º deverá preencher os seguintes requisitos para a inscrição:

I – ter idade mínima de 21 anos (vinte e um) anos;

II – apresentar diploma de curso de ensino superior **concluído há pelo menos dois anos**, nos termos do art. 11 da Lei n. 13.140/2015 e do Anexo I da Resolução CNJ nº.125/2010;

III – estar no gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 14, § 1º, da Constituição Federal;

IV – comprovar o cumprimento das obrigações eleitorais (Certidão de Quitação Eleitoral - **TSE**);

V – apresentar certidões dos Distribuidores cíveis e criminais **do seu domicílio** (1º e 2º Graus da **Justiça Estadual** e da **Justiça Federal**);

VI – apresentar os seguintes documentos:

a) carteira de identidade;

b) cadastro de pessoas físicas – CPF; e

c) c) comprovante de endereço em nome próprio e atualizado (com no máximo três meses).

§ 1º O processo seletivo observará a ordem cronológica de realização de inscrição pelo candidato e o número de vagas.

§ 2º As inscrições iniciam-se com a publicação deste edital, e encerram-se às 23:59h, horário de Brasília, do dia 31 de maio de 2025.

§ 3º Para confirmação da inscrição, o candidato deve preencher o formulário de inscrição, através do link <https://forms.gle/tDLGAR7YvgxCDTzr6>, anexando todos os documentos, em formato PDF, em um arquivo único, até o dia 31 de maio de 2025

§ 4º Caso não sejam enviados todos os documentos conjuntamente a inscrição não será aceita.

Art. 8º A Escola de Mediação / NPSC2 considerará aprovado na etapa teórica, o aluno que:

I – Realizar todas as atividades avaliativas e obtiver, no mínimo, 70 (setenta) pontos na nota final;

II - Atingir 75% (cem por cento) de frequência no curso, considerada a totalidade das atividades;

III - Apresentar, ao final, registro reflexivo que será proposto na unidade 5.

Art. 9º Será considerado apto para a emissão de certificado de mediador o cursista que concluir e for aprovado nas etapas teórica e prática, conforme as regras acima estabelecidas, sendo vedada a emissão de certificados em separado para cada etapa.

§1º A Escola de Mediação emitirá, declaração da carga horária do curso para aqueles que forem aprovados na parte teórica e prática.

§2º Após o mediador firmar o compromisso e ser inscrito definitivamente no cadastro, o NPSC2 emitirá as respectivas declarações quanto ao exercício da função, mediante solicitação em formulário próprio instruído com a comprovação do exercício.

Art. 10º As aulas, presenciais e online, na forma do Art. 3º, serão realizadas nos dias, 26/06 15/07, 22/07, 31/07, 05/08,19/08 e 26/08 conforme Anexo I – Agenda do Curso,

§1 A atribuição de notas às atividades propostas nas aulas, está condicionada a participação do cursista presencialmente.

ANEXO I - AGENDA DO CURSO

	ATIVIDADE/ DATA	AMBIENTE	TEMA	TUTOR(A)
1	De: 16/06 Até: 20/06	Moodle	Ambientação: atividade individual de apresentação	Danielle Carvalho
2	De: 23/06 Até: 06/07	Moodle	Unidade 1 Acesso à Justiça: A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e a Ética do Mediador e do Conciliador	Juíza Federal Karina Santiago
3	Unidade I 26/06 - 5ª feira 8 às 12h	Aula Inaugural Presencial	Introdução à Mediação	Juíza Federal Karina Santiago
4	De: 07/07 Até: 20/07	Moodle	Unidade 2 Teoria do conflito, formas e métodos de tratamento dos conflitos	Juíza Federal Cristiane Conde
5	Unidade II 15/07- 3ª feira 8h às 12h	Presencial	Unidade 2	Juíza Federal Cristiane Conde
6	De: 21/07 Até: 02/08	Moodle	Unidade 3 As Competências Comunicacionais do Mediador e do Conciliador	Juíza Federal Cristiane Conde
7	22/07 - 3ª feira 08h às 12h	Presencial	Unidade 3 Simulação de Sessão de Conciliação I	Juíza Federal Cristiane Conde

8	31/07 - 5ª feira 09h às 12h	Zoom	Unidade 3 Treinamento Zoom e Eproc	Lucas e Paulo Henrique
9	De: 04/08 Até: 17/08	Moodle	Unidade 4 Etapas da Mediação e técnicas associadas	Danielle Carvalho
10	Unidade 4 05/08 – 3ª feira 08h às 12h	Presencial	Simulação de Sessão de Conciliação II	Danielle Carvalho
11	De: 18/08 Até: 31/08	Moodle	Unidade 5 Estruturação e Alcance da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de conflitos	Juíza Federal Karina Santiago
12	Aula Unidade 5 19/08 – 3ª feira 08h às 12h	Presencial	Unidade 5	Juíza Federal Karina Santiago
13	Aula Unidade 5 26/08 – 3ª feira 09h às 12h	Zoom	Unidade 5 CEJUSCs na prática	Juiz Federal Ian Legay e Silvana

Anexo II

Informações sobre o Curso de Formação de Mediadores Judiciais

PÚBLICO-ALVO:

Todos os servidores da 2ª Região e demais interessados que queiram atuar como mediadores judiciais.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Capacitar os servidores da Justiça Federal da 2ª Região e demais interessados conforme determinado pela Resolução CNJ 125/2010 (ART. 12).

Objetivos específicos:

Ao término do curso, espera-se que os participantes sejam capazes de:

- Manejar com eficiência as ferramentas dos métodos não-adversariais de solução de conflitos;
- Empregar adequadamente os métodos consensuais de solução de conflitos, em especial a mediação no âmbito judicial, com vistas à pacificação social e ao amplo acesso à justiça.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

AMBIENTAÇÃO – introdução ao curso e atividades de apresentação.

UNIDADE 1 – ACESSO À JUSTIÇA: A POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E A ÉTICA DO CONCILIADOR E DO MEDIADOR

1. Cultura da Sentença e Cultura da pacificação - Mudança de paradigma.
2. Evolução histórica dos métodos consensuais de solução de conflitos no Brasil - normatização legal e administrativa. O papel dos Juizados Especiais.
3. A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e seus objetivos.
4. A ética do conciliador e do mediador no âmbito judicial.

UNIDADE 2 - TEORIA DO CONFLITO, FORMAS E MÉTODOS DE TRATAMENTO DE CONFLITOS.

1. Teoria do Conflito.
2. Formas de Tratamento de Conflitos.
3. Principais escolas de Mediação.

UNIDADE 3 - COMPETÊNCIAS COMUNICACIONAIS DO MEDIADOR E DO CONCILIADOR.

1. Teoria da Comunicação e comunicação não violenta.
2. Escuta ativa.
3. Criação do *rapport*.
4. Declaração de abertura e sua importância.
5. Técnicas para uma boa comunicação.

UNIDADE 4 - ETAPAS DA MEDIAÇÃO E TÉCNICAS ASSOCIADAS.

1. O Procedimento da mediação.
2. Pré-mediação.
3. Etapas da mediação.
4. Técnicas da mediação.

UNIDADE 5 - ESTRUTURAÇÃO E ALCANCE DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL E A DEONTOLOGIA DO MEDIADOR E DO CONCILIADOR.

1. Estruturação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos.
2. Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania: Estrutura, organização e funcionamento.
3. Conciliadores e Mediadores: Requisitos de Formação.
4. Áreas de utilização da Conciliação e da Mediação.
5. Outros espaços para alcance da pacificação social.

NAVEGAÇÃO NO CURSO:

A princípio, estarão visíveis apenas os materiais e recursos iniciais do curso. À medida que as unidades avançam conforme calendário do curso, as posteriores serão disponibilizadas. Portanto, não há possibilidade de se "adiantar" a finalização do curso, ou de se postergar alguma das unidades, pois estas serão encerradas no prazo previsto.

As atividades contêm um indicativo das ações a fazer.

ATIVIDADES E PROCESSO DE AVALIAÇÃO:

Os participantes devem realizar atividades ao longo do curso, conforme descrito a seguir:

Atividades de fixação: Cada unidade terá ao menos uma *atividade pontuada*, sendo as *atividades de fixação* consistentes em *fóruns de discussão*, *questionários* ou *murais*. Elas

necessitam de atenção durante toda a semana da unidade.

Aulas avaliadas: As aulas das unidades I a V terão atividades avaliativas.

Estágio supervisionado: A etapa prática do curso é obrigatória e será feita de forma concomitante à etapa teórica.

Sua opinião sobre o curso: questionário sobre a opinião do participante quanto à qualidade de diferentes aspectos do curso. Esta atividade não é pontuada, mas é obrigatória e sua não realização poderá acarretar em não aprovação no curso.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PARTICIPANTE:

Para ser considerado aprovado, o participante do Curso "Formação de Mediadores Judiciais" precisa: fazer todas as atividades obrigatórias e ter avaliação igual ou superior a 70 (setenta) pontos no somatório total das atividades do curso;

Atingir 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no curso, que consistirá na presença nas aulas e no acesso ao ambiente de EAD;

Apresentar, ao final, registro reflexivo, que será proposto na Unidade 5 da etapa teórica;

Completar o estágio supervisionado, etapa prática do curso, em no mínimo 60 (sessenta) horas.

Dra. Karina de Oliveira Silva e Santiago

Juíza Federal convocada em auxílio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos

Dra. Cristiane Conde Chmatalik

Juíza Federal convocada em auxílio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos